

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sempre cabe mais um

Se a PEC da Transição emplacar, já tem governador se movimentando para incluir no texto a compensação para a queda de arrecadação decorrente da redução do ICMS de combustíveis e energia. E outros pedidos virão.

Veja bem

Não está descartada, em vez de uma PEC, que colocaria o futuro governo em teste antes da posse, negociar com o Tribunal de Contas da União (TCU) uma espécie de “licença para gastar”. Se for juridicamente viável, é por aí que se buscará a saída para o pagamento dos R\$ 600.

Por falar em TCU...

Com a PEC da Transição em fase de discussão na equipe do presidente Lula, o presidente da Câmara, Arthur Lira, encontrou a justificativa perfeita para deixar a eleição do futuro ministro do Tribunal de Contas da União para o ano que vem. A vaga que pertence à Câmara está em disputa nos bastidores desde julho e, pelo visto, permanecerá assim por mais alguns meses.

Ordem dos fatores

A avaliação de aliados de Lira é a de que, se ele colocar esse tema em análise agora, certamente deixará alguém insatisfeito pelo caminho. O melhor, então, é esperar a eleição do presidente da Câmara no ano que vem, para, depois, escolher o ministro ou a ministra que substituirá Ana Araes.

PEC da Transição é teste de risco

A ideia de apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional que garanta os recursos para o Auxílio Brasil de R\$ 600 e outras despesas “inadiáveis” ainda não conta com o apoio de todos os partidos. Primeiro, vai virar o maior teste para a formação da base do futuro governo, antes mesmo de sua posse. Segundo, promete virar uma árvore de Natal com uma série de interesses parlamentares embutidos.

Já tem gente interessada em colocar no texto a correção da tabela do Imposto de Renda, dos recursos destinados ao SUS para compor o novo piso da enfermagem e outros projetos dos congressistas,

inclusive uma parte do Orçamento de 2023.

Nesse cenário, se o novo governo fechar mesmo a apresentação de uma PEC, será a hora de saber quem de fato apoiará o governo Lula, quem jogará sempre na oposição. E isso, com o Congresso “antigo”, ou seja, que ainda tem em sua composição parlamentares que não conseguiram se reeleger. Dentro da futura base, já tem muita gente dizendo que começar com PEC, nesta reta final de ano, arrisca ampliar e muito os gastos num momento de orçamento apertado. O tempo é curto e o risco é enorme.



CURTIDAS

Quatro na roda/ Até aqui, são candidatos Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), o mais votado no estado; Soraya Santos (PL-RJ); Hugo Leal (PSD-RJ); e Fábio Ramalho (MDB-MG), que, mesmo com 77.604 votos, não se reelegeu.

AFP



O show de Alckmin/ O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (foto), foi considerado um “gol de placa” na coordenação da transição. Sua passagem por Brasília, acompanhado da direção do PT, foi vista como um sinal de consolidação da frente ampla.

Por falar em frente ampla.../ Lula tem repetido a aliados que é preciso ampliar a base para o centro. A fala dele tem sido na linha de “a esquerda, nós já temos. Precisamos é do centro e de uma parcela da centro-direita”.

Eles tocam de ouvido/ Lula e Alckmin estão em linha direta. Falam-se várias vezes o dia. Na época do primeiro governo Lula, em 2002, com Alckmin governador de São Paulo e Lula, presidente eleito, eles se encontraram num evento em Minas e Lula comentou, quando os dois falavam sobre agricultura. “O nome que eu quero para ministro é aquele que você está pensando”. E, Alckmin, sem mencionar Roberto Rodrigues, que foi seu ministro, disse, “então aproveita que ele está aí”.

PODER / Integrantes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral comemoram o êxito do processo que definiu os futuros representantes políticos. Presidente do TSE saúda comparecimento do eleitor às urnas

Moraes: “Isso é democracia”

» GABRIELA ORNELAS

Em duas sessões distintas, ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral comentaram o resultado das eleições deste ano, divulgados na noite de domingo. Em ambos os momentos, os magistrados ressaltaram a força da democracia brasileira e a eficiência da Justiça Eleitoral, que garantiu à sociedade brasileira um processo rápido, eficiente e de credibilidade.

No início da sessão plenária, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, parabenizou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na pessoa de seu presidente, ministro Alexandre de Moraes, pela condução das eleições deste ano. Segundo ela, mais uma vez a Justiça Eleitoral garantiu a regularidade e a normalidade do processo eleitoral, assegurando a legitimidade e a certeza do resultado das urnas, em respeito à vontade popular.

Para Rosa Weber, saíram fortalecidas a democracia, as instituições democráticas e o Estado Democrático de Direito, valores que o STF continuará a defender, de forma intransigente, enquanto guardião da Constituição Federal. “Não me canso de repetir que a Justiça Eleitoral é um patrimônio do povo brasileiro, e o nosso sistema eleitoral, motivo de orgulho nacional”, disse.

Ao agradecer as palavras da presidente do STF, o ministro Alexandre de Moraes disse que o expressivo comparecimento dos eleitores demonstrou a confiança na Justiça Eleitoral e nas urnas eletrônicas. Aproximadamente 125 milhões de eleitores compareceram à votação. Esse contingente

representa 79,5% do eleitorado. Desses, quase 75% efetivamente votou em um candidato. O número de votos brancos e nulos foi de 5,6%, bem abaixo da média histórica entre 10% e 12%.

O ministro também ressaltou a rapidez com que os votos de 125 milhões de eleitores foram apurados. Às 19h58 de domingo, menos de três horas após o fechamento das urnas, foi possível declarar o candidato a presidente da República vencedor, com 98% dos votos apurados.

“O Tribunal Superior Eleitoral trabalhou incessantemente para que as eleições corresse de forma harmoniosa, pacífica, e podemos afirmar: as eleições acabaram. As eleições acabaram no domingo. O resultado foi proclamado. Democraticamente, o povo escolheu presidente e vice-presidente da República, além dos demais governadores; até dia 19 de dezembro eles serão diplomados, e no dia 1º de janeiro tomarão posse. Isso é democracia e a democracia novamente venceu no Brasil”, afirmou.

Estado republicano

Ao presidir a sessão no TSE, o ministro Alexandre de Moraes comentou, mais uma vez, a conclusão de uma etapa crucial do processo eleitoral.

“As eleições acabaram. O segundo turno acabou democraticamente no último domingo (30). O TSE proclamou o vencedor. O vencedor será diplomado até dia 19 de dezembro e tomará posse no dia 1º de janeiro de 2023. Isso é democracia. Isso é alternância de poder. Isso é estado republicano”, disse.

Moraes ainda parabenizou os servidores da Justiça Eleitoral em todo o país. **(Com agências)**

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Alexandre de Moraes em sessão no Tribunal Superior Eleitoral: “Democraticamente, o povo escolheu”

Banida da web, Zambelli vai aos EUA

» INGRID SOARES

Em decisão nesta quinta-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu a deputada reeleita Carla Zambelli (PL-SP) de criar perfis nas redes sociais até a diplomação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), prevista para ocorrer até o dia 19 de dezembro. A multa para descumprimento da decisão é de R\$ 100 mil por cada conta nova criada, podendo incorrer ainda na cassação do mandato de deputada federal.

As contas da parlamentar foram suspensas no último dia 1º de novembro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao todo,

foram bloqueados os perfis da parlamentar em sete redes diferentes: YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, Telegram, Tiktok e LinkedIn. Isso porque a corte tem enviado determinações às plataformas para a remoção rápida de grupos de WhatsApp e Telegram com convocação para paralisar as estradas, pedidos de golpe militar e notícias falsas.

Mesmo após a decisão, Zambelli chegou a criar novos perfis nas redes sociais, onde atacou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, e incitou novamente atos golpistas.

Ainda ontem, a parlamentar afirmou que viajou aos Estados

Unidos em agenda pessoal para “estudar meios de assegurar e ressaltar a liberdade de expressão no Brasil junto a autoridades americanas”. A parlamentar alegou ainda não ter informado sobre a viagem aos EUA “simplesmente porque não tinha onde publicar”.

“É através das minhas redes sociais que reporto eventos, faço questionamentos, trago conhecimento informativo e divulgo minha agenda. A decisão que censurou todos os meus canais de comunicação tem como objetivo controlar o fluxo de informações e conter uma das maiores vozes conservadoras da internet com mais de 9.520.000 seguidores”,

reclamou a parlamentar.

No último sábado, véspera da eleição, a deputada foi flagrada perseguindo, com uma arma em punho, um homem no bairro de Jardins, região nobre de São Paulo. A parlamentar alegou que havia sofrido ameaça. Questionada sobre a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que proíbe o transporte de arma e munição no período das eleições, Zambelli afirmou não reconhecer a norma. “Consistentemente eu estava ignorando a resolução do Alexandre de Moraes, porque ele não é legislador, ele é simplesmente o presidente do TSE e um membro do Supremo Tribunal Federal (STF)”, disse.

» Lista sêxtupla para o novo AGU

O Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal iniciou o processo eleitoral para formação de lista sêxtupla e indicação de nomes para o cargo de Advogado-Geral da União (AGU). A lista irá ser entregue ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, que assumirá o Palácio do Planalto em 2023. O documento conterá os nomes que, segundo a entidade, têm maior competência técnica para liderar a AGU. O Fórum é formado pela Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni), pela Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União (Anajur) e pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).